

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE E A PROXIMIDADE DA AGRICULTURA TRADICIONAL COM A AGROECOLOGIA

Lourival de Moraes Fidelis¹
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão acerca das comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira paranaense, a partir de um olhar agroecológico e sociológico. Boa parte do que se discute neste trabalho, são os resultados levantados e analisados em trabalhos de especialização, mestrado e doutorado realizados pelos autores nos últimos anos. Nestas pesquisas, optamos por utilizar como método as ferramentas oferecidas pela Metodologia Qualitativa e a História Oral. Destes métodos utilizamos: questionários semiestruturados e abertos; caminhadas de reconhecimento da paisagem; levantamento dos manejos culturais e dos agroecossistemas. A partir destes dados, discute-se a pertinência e a relevância da agricultura tradicional observada nas comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira paranaense, bem como a sua resistência e a persistência e, ainda, a sua proximidade com a agroecologia. Sabe-se que estas populações tradicionais, guardam saberes e culturas que tem na agricultura o seu *locus* de reprodução por excelência o que lhes confere um valor simbólico e objetivo. Os quilombolas são também detentores de saberes tradicionais radicados a um sistema de produção, que se adapta às mudanças modernas sem perder as características camponesas que a auto identificação como remanescentes de quilombos lhes confere.

Apresentação

Este artigo discute as comunidades remanescentes de quilombos a partir de um olhar agroecológico e sociológico. Toma como base as experiências e as pesquisas realizadas pelo autor ao longo de 10 anos. Boa parte do que se discute são resultados levantados e analisados em trabalhos de especialização e mestrado e doutorado Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (FEAGRI/UNICAMP). Nestas pesquisas tiveram como base as ferramentas de pesquisa oferecidas pela Metodologia Qualitativa e a História Oral. Destes métodos utilizamos os questionários semiestruturados e abertos, as entrevistas temáticas, as caminhadas de reconhecimento etnobotânico das plantas cultivadas e de plantas nativas de valor etnomedicinais, levantamento dos manejos culturais e dos agroecossistemas.

A partir destes dados, sempre discutimos a pertinência e a relevância da agricultura tradicional observada nas comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira paranaense, Região Sul do Brasil. Sabe-se que estas populações tradicionais guardam saberes e culturas que tem na agricultura o seu *locus* de reprodução por excelência. Estes saberes são responsáveis pela preservação de formas de trabalho solidário, manejos culturais e de solos e de sementes crioulas que deram a estas comunidades, condições para resistirem as diversas pressões que lhes foram impostas historicamente. Assim, neste artigo, apresentamos de forma breve algumas reflexões

¹ Professor na Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza da Universidade Federal do Paraná (Lecampo – UFPR/Setor Litoral)

² Professora da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

baseadas em dados empíricos e de resultados de pesquisas que demonstraram que há nas comunidades características que os diferenciam e os qualificam como portadores de conhecimentos radicados na agricultura tradicional, mas que vem se transformando em face das mudanças da sociedade moderna que os englobam.

De quilombos históricos aos remanescentes de quilombos

Os quilombos são comunidades negras rurais, uma das várias faces societárias que dão forma ao diversificado campesinato brasileiro, formadas por comunidades e populações hoje residentes no rural e vivendo da agricultura. Na contramão da homogeneização, estes sujeitos do campo vem resistindo e dando forma e força a agricultura familiar ao afirmarem sua identidade étnica e de classe social. Assim, o auto reconhecimento étnico e as identidades vem encontrando cada vez mais expressão no campo, sendo que os quilombolas são um dos sujeitos que compõe este complexo tecido social representado pelo meio rural brasileiro. Esta “onda” de diversificação identitária, acaba por tornar ultrapassado um velho clichê no Brasil, o de que seu povo é resultado da mescla pacífica de três raças – o branco, o negro e o indígena.

Ao reduzir as etnias a raças, desconsiderou-se a importância e as diversas interações étnicas onde a população e as comunidades negras, assim como os povos indígenas, tiveram na origem da formação do que viria a ser o Brasil. Estes sujeitos históricos não eram oriundos de uma única etnia nem de uma só região da África. Da mesma forma, os índios brasileiros não pertenciam a somente uma nação e não falavam uma mesma língua. Esta mescla de diversos sujeitos coletivos, de várias regiões africanas e sul-americanas por força do contato não consensual com uma diversidade de povos e nações indígenas e portugueses, foram o amálgama para a formação do que hoje se tornou os remanescentes de comunidades de quilombos.

Assim que reduzir a diversidade étnica hoje presente no meio rural brasileiro, como sendo composta por um único sujeito é como reproduzir a diversidade do campesinato brasileiro a um ponto, fato rotineiro aos setores que compõe a agricultura industrial, que tenta homogeneizar uma realidade complexa para assim conseguir dominar, explorar economicamente e socialmente o tecido rural.

Há na literatura especializada definições de quilombos, quilombolas comunidades quilombolas e comunidades remanescentes de quilombos. Para um melhor entendimento do que discutiremos neste artigo, abordaremos com frequência os termos: quilombos, comunidades quilombolas, comunidades de quilombos, quilombolas e comunidades remanescentes de quilombos entendendo que todas estas nomenclaturas tem a mesma origem, ou seja, as comunidades de camponeses negros organizados por características sociais que os aproximam. No entanto referem-se, conceitualmente, a abordagens diferentes sobre os mesmo sujeitos históricos e sociais. Obviamente que o conceito acadêmico atual é o de “comunidades remanescentes de quilombos” sendo este o termo mais empregado no momento quando se refere de comunidades quilombolas atuais.

Para Ilka Boaventura Leite o quilombo:

(...) constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece no Brasil/República com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se,

portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afrodescendentes (LEITE, 2007, p.1).

Para O'DWYER o quilombo:

Ainda que tenha conteúdo histórico, vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos, e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem por número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Constituem grupos étnicos conceituados pela Antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento por normas e meios de afiliação ou exclusão (O'DWYER 1995, p.1).

Os afrodescendentes no campesinato brasileiro, tem como um de seus objetivos e bandeira de luta, garantir ou conquistar a posse da terra. Muitos de seus territórios são ocupações seculares o que os tornam alvo de especulações de toda espécie. A partir da terra se concentram as questões de fundo identitário e étnico onde as representações sociais e de classe no campo tomam maior vulto. Assim, o meio rural brasileiro já não pode ser caracterizado por um sujeito apenas, mas sim por uma diversidade de populações tradicionais, onde se podem arrolar as comunidades de fundos de pasto, ribeirinhos, faxinalenses, cipoazeiros, quebradeiras de coco, pescadores artesanais, geraizeiros, caiçaras, seringueiros e quilombolas.

Uma conceituação interessante é feita por Antonio Carlos Diégues onde afirma que os quilombos são populações tradicionais:

(...) que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos econômicos. Com o isolamento relativo estas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (DIEGUES, 1994, p.12).

Estas organizações sociais são hoje conceituadas como povos e comunidades tradicionais do Brasil e estão abrangidas por algumas leis brasileiras que lhes garantem reconhecimento e direitos sociais específicos. Do ponto de vista sociológico e antropológico são abarcadas pelo campesinato como categoria de análise e, do ponto de vista político, compõe os movimentos camponeses através dos povos e populações tradicionais do Brasil.

Os quilombos não são um fenômeno restrito ao Brasil. Estão espalhados por toda a América Latina chegando até o sul dos Estados Unidos. As comunidades remanescentes da atualidade portanto, são resultado da resistência de negros que, para enfrentar o escravismo colonial latino-americano, se refugiaram nos vales, encostas e matas dos mais distantes locais dos países que compõe o continente sul-americano.

Na época do escravismo colonial, várias formas de resistir ao trabalho forçado foram eleitas pelos negros escravizados. *O suicídio; a fuga; a revolta; a insurreição e o “aquilombamento” e também o “corpo mole” a sabotagem das ferramentas, o autoferimento etc.* (FIABANI, 2005 p. 8).

Dentre todas estas estratégias de resistência, a que mais ocorriam eram as fugas e a conseqüente organização em comunidades quilombolas que, na época do Brasil colonial, eram considerados organizações criminosas, mesmo porque vários grupos de negros fugidos tomavam o caminho da bandidagem.

Ao se espalhar pela América Latina, as comunidades de negros tomaram vários nomes. Assim tem-se, além dos quilombos no Brasil, uma diversidade de organizações que formaram, em terras americanas, comunidades de camponeses negros para contrapor ao sistema de trabalhos forçados imposto pelos colonizadores. Assim encontramos na historiografia a respeito os:

Quilombos ou Mocambos no Brasil; Palenques na Colômbia e em Cuba; Cumbes na Venezuela; Marrons no Haiti e nas demais ilhas do Caribe francês; grupos ou comunidades de Cimarrones em diversas partes da América Espanhola, Maroons, na Jamaica, no Suriname e no Sul dos Estados Unidos (CARVALHO, 1995 p. 15).

Nestas comunidades os negros adotavam uma organização camponesa, e em todas as regiões em que se estabeleceram moldaram sociedades onde a agricultura foi a base para uma economia camponesa. Destes primeiros arranjos societários foram sendo adaptadas formas e manejos em torno da agricultura.

Ademais, deste exercício dinâmico surgiram novos manejos, tempos e sazonalidades agrícolas a qual foram sendo equacionados e arranjados para resistir aos climas adversos, os tipos de solos, à proximidade e disposição de água e, por fim, o mais importante, melhorar e selecionar sementes e germoplasmas que estes camponeses traziam consigo, mesclando-os com as variedades presentes nos locais destes assentamentos de fuga onde já haviam sementes locais, principalmente as indígenas.

Estes movimentos de “diálogos” com a natureza, fomentou e deu base para os diálogos com as comunidades de camponeses que avizinhavam estes quilombos em sua origem, fornecendo a base social que em muitas regiões hoje ainda vigora.

Até o final da década de 1980 o conceito de quilombos estava relegado ao que era exposto pelos estudos de história. Um dos quilombos mais famosos da história latino-americana foi o quilombo de Palmares, que resistiu às investidas do império colonial português por quase 3 séculos incrustados nos sertões de Alagoas e de Pernambuco. Deste quilombo emergiu Zumbi dos Palmares, um dos heróis da nação e que hoje é símbolo da luta das causas do movimento negro brasileiro.

Para a coroa portuguesa, quilombos e seus integrantes eram considerados sujeitos e organizações criminosas e que deveriam ser destruídos e seus integrantes negros re-escravizados. Assim, o conceito de quilombo para o rei de Portugal, se resumia à situações onde fosse possível encontrar: *“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”* (MOURA, 1987 p.11).

Após a constituição de 1988, com a abertura democrática no Brasil, após mais de 20 anos de ditadura militar, surge um novo marco para as comunidades quilombolas. Nesta época tinha-se em mente que havia um número pequeno de quilombos espalhado pelo país, mas que não passavam de algumas dezenas e que estes deveriam ser protegidos por alguma lei. Já havia a comprovação da existência de comunidades negras no Centro-Oeste brasileiro representados pelos Kalungas, que são quilombos espalhados

principalmente por Goiás e Tocantins e, também, de algumas comunidades quilombolas no Maranhão, Pará, Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

Com a constituição brasileira, é elaborada e aprovada o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que afirma que: "*Aos remanescentes de comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*"(BRASIL, 1988).

A partir deste ponto surge um marco legal importante que virá a determinar a legalidade dos quilombos e suas terras por todo o território brasileiro. Se a princípio se esperava encontrar não mais que algumas dezenas de comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil, passadas mais de duas décadas após a aprovação do Art. 68, tem-se um número bem maior de comunidades e que até o momento em quase 2000 comunidades remanescentes de quilombos tituladas pela Fundação Cultura Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura e responsável por gestar políticas públicas voltadas para a população negra brasileira (FCP, 2015). Neste âmbito há, ainda, um número estimado pelos movimentos sociais de comunidades negras e quilombolas que pode chegar a 4 mil quilombos espalhados por todos os estados da federação.

A partir da constituição de 1988 além da garantia às terras tradicionalmente ocupadas, se reconhece a necessidade de conceituar o que é quilombo. Já não se podia tomar como parâmetro o conceito histórico porque, a rigor, aquele modelo de quilombo já não existia mais. A Associação Brasileira de Antropologia – ABA – em congresso realizado no início da década de 90, discutiu a tese de que as comunidades quilombolas modernas são o resultado da história de resistência e da coevolução dos quilombolas com seu meio, econômico, cultural e socioambiental e que, portanto, se tornaram remanescentes de quilombos, com especificidades intrínsecas que os ligavam aos quilombos históricos através da ancestralidade, mas também que os rementia a uma conformação camponesa, dos que no campo estavam assentados, como categoria social no presente.

Para O'dwyer, (2002) o termo quilombos "*era quase que exclusividade dos historiadores e especialista no assunto*" e ao citar (REVEL, 1989) salienta:

Assim, quilombo ou remanescente de quilombo, termos usados para conferir direitos territoriais permite, "através de várias aproximações, desenhar uma cartografia inédita na atualidade, reinventando novas figuras do social" (REVEL 1989 p. 7 *apud* O'dwyer 2002, p.1).

A partir deste pressuposto teórico, há um deslocamento do que se entende por quilombos históricos, como o quilombo de Palmares, do Frechal entre outros que tem sua importância relegada há um passado histórico e que já não existem e assim não se pode mais compara-los aos quilombos atuais.

O que vem se observando através de diversos estudos é que há um número grande de origens para as comunidades remanescentes de quilombos.

Existem quilombos que tem sua origem na fuga de negros, fuga do terror e a atrocidade cometida pela escravidão, mas também há quilombos que foram formados por negros livres. Em muitas comunidades havia uma mescla de homens brancos, mestiços, indígenas e sujeitos pobres sem-terra. Há comunidades em que os negros adquiriram suas terras através da compra, outras situações em que os negros a herdaram de seus antigos donos.

Há ainda a herança das terras que lhes foram deixadas, não de forma direta, mas sim aos santos padroeiros das paróquias que em suas terras estavam instaladas e assim, por serem negros que ficaram trabalhando e cuidando das terras dos santos, se tornaram seus fiéis cuidadores. Em muitas regiões estas terras são chamadas de *Terras de Santos*.

No entanto, a grande maioria das terras de quilombos hoje é fruto da ocupação, ou seja, da posse e assim são chamados de posseiros e tem ressalvo nas leis de terras do Brasil, mais conhecida como Estatuto da Terra de 1964. Este fato, vem sendo motivo de grandes conflitos ao longo do tempo por parte da elite ruralista brasileira que contesta esta possessões. Estes enfrentamentos vem tomando corpo e sem dúvida tem sido e ainda será um dos grandes desafios para estas populações tradicionais.

As comunidades remanescente de quilombos atuais e suas especificidades enquanto camponeses

Muito embora seja na zona rural que estejam majoritariamente localizadas, pode-se encontrar comunidades quilombolas também no meio urbano. Isto ocorreu devido ao crescimento das cidades sobre as terras das comunidades que em outros tempos se achavam distantes das áreas urbanas e que agora as envolve. Mas também há situações em que, sendo as comunidades quilombolas deslocadas de suas terras originárias, se veem forçadas a se estabelecerem em áreas urbanas adaptando-se à vida na cidade.

As comunidades remanescentes de quilombos, notadamente àquelas que se encontram no meio rural, tem na agricultura a sua principal atividade. Esta é praticada pela família em lotes de terra que variam de uma região para outra mas que não chegam às dimensões dos latifúndios do agronegócio. A realidade é bem contrária, a maioria das comunidades quilombolas tem áreas pequenas e os lotes para cada família também são pequenos. Grande parte estão localizadas em regiões de difícil acesso, junta a encostas, vales e montanhas não por acaso transformadas em parques de preservação da natureza, preservação que só foi possível através da ação e o manejo preservacionista empregado pelos quilombolas ao longo de séculos de ocupação. Nestas situações de relevo a quantidade de terras que se prestam a atividade agrícola na maioria das vezes são poucas, mesmo assim os agricultores conseguiram por gerações reproduzir seu modo de vida e se manterem. Ainda não há uma estimativa oficial da área média que é ocupada por família, mas certamente não ultrapassará uma área superior a 100 hectares por família.

Com já dito anteriormente, pode-se encontrar comunidades remanescentes de quilombos por todo o território nacional, do Rio Grande do Sul até o Amazônia, da Bahia até o Mato Grosso do Sul. A diversidade alimentar acompanha esta diversidade distributiva, uma das características mais importante dos quilombos são a presença de um número grande de sementes crioulas. Algumas variedades de sementes que só são possíveis de encontram nestas comunidades e que vem sendo selecionadas no decorrer da história produtiva de cada comunidade quilombola e de cada família de acordo com as necessidades relativas de cada quilombo.

As sementes crioulas, somado à forma como se produz nos quilombos, determinam que se conceitue esta agricultura como sendo tradicional, pois as técnicas que se empregam, os implementos e a mão de obra utilizadas vem sendo trabalhados com pequenas variações ao longo de gerações de quilombolas em diferentes partes do território brasileiro.

O manejo da terra é singular, se aproxima das técnicas dos indígenas brasileiros de cultivar a terra. A forma mais comum é a coivara, técnica em que parte da mata é derrubada após um determinado tempo de restauração da biodiversidade chamada “*pousio*”, realiza-se a queimada de onde se aproveita a lenha e sobre as cinzas é realizado os cultivos. Neste processo se toma o cuidado para que o fogo não alcance outras áreas, sobretudo as de maior interesse para preservação da mata nativa, ou onde se encontram as nascentes de água e também porque, na lógica das comunidades quilombolas, só se

cultiva uma área que seja possível conduzir com a mão-de-obra familiar que se dispõe e das necessidades alimentícia que as famílias terão durante o ano.

A partir desta lógica, a quantidade produzida terá como prioridade o sustento da família e, caso haja excedente, se trocará, venderá ou será utilizado como produto para contratação de alguns serviços dentro da própria comunidade quilombola e entre seus integrantes.

Através da priorização pela alimentação da família como primeiro plano, se moldou uma organização do trabalho sediadas na solidariedade e baseadas em valores que não são só monetários, mas também de troca, seja por produtos, por dia de trabalho – onde um quilombola paga ao trabalhador com o trabalho na mesma quantidade de dias oferecidos por seus companheiros.

Existe ainda trabalhos coletivos em torno da agricultura ou de atividades em torno da vida cotidiana das comunidades. Como exemplos tem-se as reformas da igreja, escola, posto médico e estradas da comunidade. Nas comunidades quilombolas há, além das características de uma economia agrícola camponesa e da organização do trabalho, uma organização central que contribuiu para a sobrevivência de uma série de valores e tradições dos quilombolas ao largo dos séculos, esta organização é a família. Na maioria das vezes as famílias são numerosas, fato que vem diminuindo com a modernidade, mas que ainda é uma constante em boa parte dos quilombos. E se acentua ainda mais quando se compara com o número de integrantes que compõe as famílias urbanas.

Na evolução das comunidades se deu, a partir da organização familiar, a reprodução de uma série de tecnologias acerca de como produzir uma agricultura que está muito próxima dos preceitos agroecológicos. Uma destas características é o trabalho que pode ser encontrada em duas formas nos quilombos.

A primeira é a *reunida*, que é uma técnica de trabalho onde os camponeses se organizam para realizar tarefas que são comuns a todos da comunidade, como a reforma da igreja. Estas tarefas não têm remuneração e todos os participantes contribuem para alimentação, para pagar os materiais que se ira empregar nas reformas, tarefas e afazeres que se efetuarão.

O segundo tipo de trabalho que consideramos também solidário é o *mutirão*, este tipo de trabalho difere um pouco da *reunida*, pois, se a primeira é uma reunião de trabalhadores para serviços de necessidades comuns a todos, no caso do mutirão os trabalhadores se organizam para fins mais particulares.

Por exemplo, quando se faz necessário realizar a colheita de um agricultor que não tem mão-de-obra suficiente, este irá convocar um *mutirão* convidando outros quilombolas da comunidade e até mesmo de outras comunidades quilombolas vizinhas. Fica sob responsabilidade do agricultor que convoca o *mutirão*, organizar a alimentação de todos os trabalhadores, bem como também, organizar a festa e o baile final, pois, como dita a regra dos *mutirões* nas comunidades quilombolas devem terminar com um grande festejo, com muitos alimentos produzidos na comunidade sendo consumidos por todos que participam além das bebidas que são trazidas.

Os *mutirões* são momentos de festa, é o lugar de grande confraternização e socialização da comunidade. Casamentos são acertados, negócios são fechados a vida comunitária encontra um de seus momentos mais significativos, de reprodução de valores e culturas. São momentos em que boa parte da comunidade se encontra para contar histórias de tempos passados, lembrar pessoas importantes para a comunidade e que já faleceram, é um momento de reprodução da vida em comunidade.

Estas características, a do baile e a festa ao final é que difere o *mutirão* da *reunida*, esta última não tem a festa como acontecimento final das atividades. Cabe salientar que o *mutirão* não é um fenômeno restrito às comunidades quilombolas, esta

cultura pode ser encontrada em várias organizações sociais que compõe o campesinato brasileiro sendo, portanto, uma característica cultural camponesa.

No entanto nas comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira pode-se encontrar características muito próprias de uma cultura caipira tal como a descrita por Antonio Candido em seu clássico, *Parceiros do Rio Bonito*. Para Candido, a

“Sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência”
(CANDIDO, 1971 p. 36).

Agricultura e campesinato e as sementes crioulas em comunidades quilombolas

A agricultura familiar e camponesa nas comunidades quilombolas vem resistindo de diversas formas ao avanço do agronegócio. A principal é a organização das comunidades em torno da família. A partir desta é que são organizadas e pautadas as estratégias para a sua sobrevivência e conseqüentemente a sobrevivência da comunidade. Da família partem as estratégias para o que e quanto se ira cultivar no decorrer do ano.

O tipo de agricultura também é uma das estratégias de que se valem os quilombolas para resistir à expulsão imposta por uma agricultura industrial. Na medida que se cultiva alimentos nas comunidades quilombolas, e estes são cultivados prioritariamente para o sustento familiar, desencoraja, por assim dizer, investidas por um outro tipo de uma agricultura que não tenha na alimentação das famílias o seu objetivo.

Esta estratégia central, a de alimentação familiar, encontra reforço numa série de outros componentes que desestimulam o ímpeto de quem intenta fazer uso de modelos de agriculturas convencionais baseadas em tecnologias antiecológicas. Um destes componentes, ironicamente, é o relevo acidentado que na maioria das comunidades impede a mecanização, encarecem a irrigação e impedem as sementes industriais de ter rendimentos para as quais foram desenvolvidas. É irônico, pois sendo o relevo um fator que forneceu refúgio aos ancestrais dos quilombolas atuais, dificultando naqueles tempos a procura e a captura destes pelos escravistas, hoje se mostra ainda como um refúgio, mas agora para a produção familiar quilombola, preservando manejos e sementes crioulas de serem perdidos pela a ação devastadora da agricultura industrial.

Uma das características fundantes da maioria das comunidades são que os quilombos se formaram em áreas marginais de difícil acesso, como os vales, encostas de morros, margens de rios e incrustadas no interior das matas e nos sertões do Brasil. São características como estas que impõe restrições para uma agricultura, que se arroga “moderna”, de estabelecer-se.

Porém, há que se fazer ressalva de que nem todos os monocultivos industriais encontram dificuldades de se desenvolver nestas condições. Tem que se lembrar que culturas como o café, frutíferas e sobretudo, os cultivos de pinus e eucaliptos vem invadindo as áreas de quilombos por força econômica ou através da já muito conhecida “grilagem” e da violência. Fato que vem se tornando uma realidade cada vez mais presente na realidade de muitos quilombos.

Mesmo assim, o que restringe a agricultura mecanizada de uma boa quantidade de monocultivos industriais, não impedem os cultivos tradicionais, produtores de alimentos para as comunidades quilombolas.

Esta agricultura tradicional vem sendo desenvolvida durante várias gerações nas comunidades quilombolas. Em boa parte delas é possível encontrar sementes adequadas e selecionadas para atender as necessidades familiares por alimentos.

Estas sementes são as chamadas sementes crioulas e não se caracterizam por serem produtoras de quantidades enormes e responder com produção mediante toneladas de adubos químicos. Caracterizam-se por portarem diversidade genética e de produzirem ano a após ano em condições de clima e solos que são adversas para as sementes industriais. O mais importante no processo de assentamento das comunidades quilombolas ao longo dos séculos é que as suas sementes crioulas foram sendo selecionadas visando atender as necessidades alimentarias das famílias. Neste processo, as trocas de sementes crioulas entre comunidades foram sempre muito intensas sendo dispersadas entre regiões vizinhas por diversos meios, tais como compra, doação, troca, herança e “dote” de casamento.

Em estudos realizados por nós em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira paranaense, região sul do Brasil, podemos levantar um número expressivo de sementes crioulas em posse das comunidades (FIDELIS, 2011). Em um quilombo específico, a comunidade de João Surá, encontramos em poder dos agricultores, variedades de feijão, arroz, milho, cana, mandioca, além de variedades de várias frutíferas, hortaliças e ervas medicinais – estas haviam, tanto as cultivadas ao redor das casas, quanto as coletadas na mata – em um número que superou a 70 variedades cultivadas nos lotes da comunidade quilombola.

Além da posse das sementes crioulas que se encontram em poder dos camponeses, há outros aspectos que são importantes de frisar. O primeiro é que os quilombolas do Vale do Ribeira detêm mais de uma variedade de sementes para cada espécie cultivada. Assim, no momento em que realizamos nossa pesquisa de campo, podemos levantar 7 cultivares de arroz e 7 de cana-de-açúcar; 14 cultivares de feijão; 3 cultivares de mandioca e 3 de café; 1 cultivar de maracujá e 1 de milho; 2 de feijão-guandu, 2 de mamona e 2 de batata-doce todas elas em uma mesma comunidade (FIDELIS, 2011). Corroborando com o que diz Altieri em que sustenta que:

Os agroecossistemas tropicais, compostos de parcelas produtivas e em pousio, hortas domésticas complexas e lotes agroflorestais, geralmente contêm mais de 100 espécies por campo de cultivo proporcionando materiais de construção, lenha, ferramentas, medicamentos, alimentos para o gado e para o consumo humano (ALTIERI, 1998 p. 22).

Além do número de variedades um aspecto importante a ressaltar, é que esta diversidade encontra-se aliado o fator tempo, ou seja, estas variedades de sementes crioulas vem sendo cultivadas, em alguns casos há mais de 200 anos, como é caso de variedades de mandioca, cana, arroz e feijão, sendo que as sementes crioulas com menos tempo de cultivo são cultivadas a pelo menos 20 anos.

Em modelos de agricultura convencional, as sementes não conseguem ser produtivas não mais que algumas safras, sendo que a lógica destes sistemas de produção se encontra sediada no fato de que a cada a safra os agricultores terão que comprar sementes novas e que estas não são propriedades dos produtores, mas sim, dos grandes conglomerados agroindustriais mundiais.

Eis aí uma diferença central entre os modelos de agricultura convencional, voltadas para produção de proteínas que comporão rações animais, e as agriculturas tradicionais, produtoras de alimentos.

No modelo de agricultura industrial as sementes produzem grãos sem vida, não carregam a história nem a cultura e valores de sua população e/ou de seus povos.

Fato que não ocorre nos quilombos onde se observa modelos de agricultura tradicionais, sobretudo os modelos onde ainda resistem as sementes crioulas, produtoras

de alimentos e de sementes que contribuem para existência de família camponesas perpetuando a vida, a cultura, carregando e confundindo-se com a história destas comunidades.

A principal resultante destas afirmações são a diversidade de sementes crioulas que os quilombolas vem melhorando e adequando de acordo com as necessidades comunitárias, com os limites que são impostos pela natureza, através da cultura local e pela história de cada comunidade. Em outras palavras, as sementes crioulas das comunidades quilombolas são um patrimônio não só genético, mas também simbólico que representa a luta destas populações tradicionais ao largo dos séculos. História que tem início na resistência à opressão sofrida através da escravidão, até à resistência atual frente às forças desumanizadoras exercidas pelos operadores do agronegócio e da agricultura industrial que intenta apropriar-se não só de suas terras, mas também de seu maior legado, as sementes crioulas. As sementes crioulas são o bem maior que lhes confere autonomia frente a um mundo que ainda preserva e utiliza grilhões tão cruéis quanto os do passado escravista, só que bem mais sofisticados e difíceis de se romper.

Conclusão

A partir do que expusemos aqui, se pode observar que longe do sugere o senso comum, há uma diversidade enorme de sujeitos sociais no campesinato brasileiro. Neste complexo cenário os quilombolas vem se mostrando portadores de uma história que remete à luta centenária por terra, por reconhecimento, enfim por direitos que durante muito tempo vem sendo negados.

Ao “aparecer” para a sociedade reivindicando estes direitos, houve e ainda há, uma resposta violenta demonstrada por setores reacionários e conservadores da sociedade brasileira. Mesmo assim, a partir da organização os quilombolas vem demonstrando que além de direitos têm muitas contribuições a dar para o avanço de uma agricultura baseadas em suportes sustentáveis e ecológicos. Os seus sistemas de produção proporcionaram a estabilização de agroecossistemas com uma “marca” quilombola, visando a produção de alimentos para a manutenção familiar. Além dos manejos e tecnologias que estas populações vem desenvolvendo ao longo dos séculos em regiões que pouco, ou quase nada, oferecem de recursos para uma agricultura se estabelecer e desenvolver. Mesmo assim como agricultores tradicionais são responsáveis de boa parcela dos alimentos produzidos em todo o mundo conforme (ALTIERI 1998).

No entanto, na medida que é vista como marginal para os setores do agronegócio é vista como possibilidade de desenvolvimento sustentável ao sustentar modos de vida e culturas associadas à preservação dos ecossistemas locais, pela multiplicação dos policultivos tradicionais e por disseminar e selecionar sementes crioulas melhoradas para as condições locais de: clima, solo, pragas além se estabelecerem respeitando a biodiversidade autóctones.

Por tudo isto as comunidades remanescentes de quilombo são portadoras de histórias, culturas e tradições que enriquecem o campesinato e reafirma que a agricultura familiar é extremamente importante para a produção de alimentos locais, passo importante para se alcançar a segurança e a soberania alimentar respeitando os princípios discutidos pelos marcos que delinham a Agroecologia.

Referência Bibliográfica

- ALTIERI, M. A. Agroecologia: dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ª edição– Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009. 116 p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2ª Ed. Livraria Suas Cidades. São Paulo 1971. 284p.
- CARVALHO, J. J. O Quilombo do Rio das Rãs: História, tradição, lutas. Salvador: EDUFBA, FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades Quilombolas Certificadas. Disponível em www.palmares.gov.br. Acesso em setembro de 2013.
- DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.
- FIABANI, Ademir. Mato Palhoça e Pilão. O Quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532–2004]. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.424p.
- FIDELIS, L. M. Agricultura tradicional e agroecologia na comunidade quilombola João Surá no município de Adrianópolis-PR. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: [s.n.], 2011. 253 p.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES – Dados dos quilombos no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em <http://www.palmares.gov.br>.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. Revista Etnografia. Vol IV (2), pp.333-354. Florianópolis, Brasil, 2000. Acesso em setembro de 2013 em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf.
- MOURA, Clóvis. Quilombos resistência ao escravismo. Série Princípios. Editora Ática. São Paulo 1987.94p.
- O'DWYER, E. C. (Org.) Terra de Quilombos. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, 1995.